

Política



PARLO MARÇAL
Justiça dá prazo para União detalhar ação



INFLUÊNCIA DA MÁQUINA

Quase um terço dos governadores respondem a processos por abuso de poder na Justiça Eleitoral



Paulo Dantas (AL) Foi acusado de distribuir cestas básicas e bolsas de estudos durante a eleição, além de repassar R\$ 12 milhões a municípios. As três ações pedem cassação de mandato. O MPF se manifestou pela perda de cargo nos dois primeiros casos, que tramitam no TRE. O outro foi rejeitado, mas cabe recurso.



Cláudio Castro (RJ) O governador, seu vice e o presidente da Alerj são acusados de terem desviado recursos da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (Cepes) e da Universidade do Estado (UERJ) em prol de suas candidaturas. O MP pede a cassação dos três.



Romeu Zema (MG) No TSE, o governador responde a denúncias consideradas improcedentes na primeira instância de que ele teria intensificado a publicidade institucional em período proibido. A ação movida por coligação que apoia adversário pediu sua cassação.

LEILA MARZULLO
Foto: contraponto.com.br

DE USO DE PROGRAMAS SOCIAIS A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

Mauro Mendes (MT)



Acusado de uso da máquina pública por meio do programa "Edu Motivação" da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para induzir servidores a votarem nele. O TRE se opôs à cassação, mas o processo está em fase de recurso no Tribunal Superior Eleitoral.

João Azevêdo (PB)



O governador da Paraíba foi denunciado por usar os programas sociais "Tá na Mensa", "Ópera Paraíba" e "Travessias Urbanas" para tirar vantagem eleitoral. O ação, que pede a cassação de seu mandato, está na primeira instância, no TRE.

Marcos Rocha (RO)



O uso de telemarketing e a revogação da estação ecológica Sotóle da Borracha foram as motivações para as denúncias ao governador chegado ao TSE, que se manifestou contra cassação. Ainda cabe recurso ao processo, contudo.

Antonio Denarium (RR)



Foi cassado pelo TRE em duas ações que envolvem distribuição de cestas básicas, reformas, transferência de R\$ 70 milhões para municípios, promoção de agerim e aumento de publicidade, mas ele, ainda no exercício do cargo, recorreu ao TSE.

Assim como os senadores Sérgio Moro (União Brasil-PR) e Jorge Seif (PL-SC) que são julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por supostamente terem desequilibrado as eleições de 2022, sete governadores enfrentam processos por abuso de poder político e econômico na Justiça Eleitoral. O número responde a quase um terço dos chefes de Executivo das 27 unidades da federação.

Paulo Dantas (Alagoas), Antonio Denarium (Roraima), Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Romeu Zema (Minas Gerais), Mauro Mendes (Mato Grosso), João Azevêdo (Paraíba) e Marcos Rocha (Rondônia) estão na lista dos 18 governadores que foram reeleitos em 2022. Eles são acusados de terem usado a máquina do estado para se autopromover — as ações na Justiça Eleitoral contra o grupo têm relação com distribuição de cestas básicas, emendas e uso de programas sociais.

Antonio Denarium (PP) e Paulo Dantas (MDB) responderam a três processos cada. No caso do governador de Roraima, o tribunal regional decidiu por sua cassação em duas das três acusações, que hoje esperam julgamento no TSE. Denarium responde por su-

postamente ter distribuído cestas básicas, reformado casas, transferido recursos para municípios e aumentado a publicidade durante o período eleitoral. A defesa dele nega todas as acusações.

MANIFESTAÇÃO DO MPF

Já Dantas ainda aguarda na primeira instância a decisão para os três pedidos de cassação de seu mandato. Em duas das ações que correm no tribunal regional — relativas à distribuição de cestas básicas e concessão de bolsas escolares —, o Ministério Público já se manifestou pela perda do mandato.

Apesar desse revés, a Corte local rejeitou no mês passado, por unanimidade, a ação que acusa Dantas de ter distribuí-

do R\$ 12 milhões em recursos para municípios. O relator Afécides Gusmão defendeu não haver comprovação de ilegalidade por parte do governador. —A eventual caracterização de abuso do poder político econômico exige a demonstração de forma clara e segura de que teria ocorrido o favorecimento da execução dos repasses em troca de apoio político, o que não ficou nos autos — afirmou Gusmão.

A coligação Alagoas Merece Mais, que deu sustentação a Rodrigo Cunha (União Brasil), adversário de Dantas em 2022, recorreu a decisão. Procurados, Dantas e Denarium não se manifestaram.

No Rio de Janeiro, a Procuradoria Eleitoral do Ministério Público Federal pediu na se-

mana passada a cassação do governador Cláudio Castro (PL), de seu vice, Thiago Pamplona (MDB), e do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União Brasil). Os três são acusados de terem desviado recursos da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (Cepes) e da Universidade do Estado (UERJ) em prol de suas candidaturas.

PROGRAMAS SOCIAIS

Em nota, a defesa do governador fluminense afirmou que Castro extinguiu projetos da Cepes após o escândalo de desvio de dinheiro vir à tona. "Vale ressaltar também que o nome do governador não é citado em nenhum dos depoimentos e não foram

apresentados elementos novos que sustentem as denúncias", diz trecho da nota.

Nos tribunais regionais do Mato Grosso e da Paraíba, os governadores respondem pelo suposto uso de programas sociais. No caso de Mauro Mendes (União Brasil), o processo foi considerado improcedente pelo tribunal regional, mas o TSE determinou a reabertura da ação. O governador mato-grossense teria usado palestras com professores da rede pública para promover sua campanha de reeleição.

— Essa denúncia não possui nenhum lastro na verdade. Tanto é assim que o Ministério Público Eleitoral já deu parecer pela rejeição da ação, por absoluta falta de provas — afirmou o gover-

nador ao GLOBO.

Na instância superior, Romeu Zema (Novo) e Marcos Rocha (União) respondem a denúncias que foram consideradas improcedentes. No caso do governador mineiro, a coligação que apoiava o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kali (PSD) afirma que ele teria intensificado a publicidade institucional em período proibido. Procurado, o governo de Minas preferiu não se manifestar.

A acusação contra Marcos Rocha foi considerada improcedente no TSE, mas segue em fase recursal via embargos de declaração.

— A ação foi proposta sem qualquer prova de ilegalidade, tão somente para tentar desestabilizar o resultado da eleição. Prova disso são as decisões judiciais proferidas — diz o advogado do governador, Nelson Canedo.

Membro-fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abraedep), Geórgia Nunes avalia que o debate sobre o fim da reeleição tem conexão com este tema.

— Nós precisamos separar a figura do agente político que está no mandato do candidato, e que tem se percebido é que raramente isso acontece, o que acaba influenciando as eleições. A oposição fica em desvantagem quando ocorre o uso da máquina.

Ações alcançam pelo menos 20 no Congresso

> No Congresso, ao menos 20 deputados e senadores também enfrentam processos na Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico ou político. Os dados são de um levantamento do GLOBO feito com base em informações disponibilizadas pelos tribunais.

> No Senado, o ex-juiz da Lava-Jato, Sérgio Moro, enfrenta um processo de cassação por possivelmente ter excedido gastos de pré-campanha quando desistiu de

concorrer à Presidência e trocou Poderes pelo União Brasil.

> Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Jorge Seif é acusado do mesmo crime pelo suposto uso da estrutura da loja de departamentos Havan ao longo do período eleitoral.

> Ambos os políticos foram absolvidos nos tribunais regionais e esperam a data de seu julgamento no TSE. O de Moro começa na quinta.

> — O abuso de poder econômico se configura quando há uso de recursos ilícitos para potencializar uma candidatura. É preciso comprovar quantidade de vezes que isso ocorreu e como interviu no pleito — diz Lenine Póvoas, especialista em Direito Eleitoral pela Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso.

> Na Câmara, a bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP) é alvo de cinco ações por abuso de poder. As acusa-

ções vão desde propaganda irregular ao uso de desinformação como estratégia eleitoral. Esses processos ainda não foram julgados.

> Já o ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) chegou a ser cassado no tribunal regional por um esquema que ficou conhecido como os "guardies do Crivella", em que servidores públicos municipais que ficavam na frente de hospitais impedindo denúncias da mídia. Em uma segunda ação, por suposto uso

da máquina pública quando tentava a reeleição em 2020, teve a condenação suspensa.

> Outro parlamentar que conseguiu uma reversão judicial foi o ex-presidente da bancada evangélica, Silas Câmara (Republicanos-AM) que chegou a ser condenado em primeira instância por gastos irregulares com aeronaves no último pleito. Em março, contudo, a Corte anulou sua própria decisão. O processo ainda está em tramitação.